

Reunião Ordinária de 29 outubro de 2018

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 24

-----Aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, nesta Vila de Lousada, edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, sob a Presidência do Sr. Presidente da Câmara **DR. PEDRO DANIEL MACHADO GOMES**, e Senhores Vereadores **DR. LEONEL DOMINGOS REIS VIEIRA DA SILVA**, **DR. MANUEL ANTÓNIO DA MOTA NUNES**, **DR. CARLOS MANUEL SOARES NUNES** EM VIRTUDE DO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO APRESENTADO PELO SR. **CRISTÓVÃO SIMÃO OLIVEIRA RIBEIRO**, **DR. CRISTINA MARIA MENDES DA SILVA MOREIRA**, e **DR. ANTÓNIO AUGUSTO DOS REIS SILVA**, **DR. SANDRA MARIA LEONOR PEREIRA DA SILVA**, com a presença da Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, **Dr.ª Vânia Gabriela Esteves da Silva**, que a secretariou. -----

-----Eram quinze horas quando o Sr. Presidente deu como aberta a reunião.-----

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Dr. Leonel vieira colocou a seguinte questão:-----

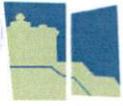
"Tomei conhecimento que no dia 10 do corrente mês de Outubro a EDP cortou o fornecimento de gás ao Centro Escolar de Casais por falta de pagamento. -----

Para que as refeições para os alunos fossem confeccionadas na cantina, uma funcionária teve que ir a casa buscar uma botija de gás.-----

Será possível explicar-nos como foi possível chegar a tal situação?"-----

O Sr. Presidente esclareceu:-----

"Houve um problema com a confirmação da factura, mas foi logo resolvido."



1.1. **Atribuição de voto de louvor à aluna Ana Sofia Ribeiro Valente**, pela conquista da medalha de prata na final nacional das XXXVI Olimpíadas Portugueses de Matemática.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprovar a atribuição do voto de louvor.-----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

2.1. **Atribuição do estatuto de Projeto de Interesse Municipal à empresa “Grupo Carpiairães. Lda.”**-----

Sob proposta do sr. Presidente da Câmara, tendo subjacente a informação técnica apresentada, **deliberou o órgão Executivo por unanimidade aprovar a atribuição do Estatuto de Projeto de Interesse Municipal no âmbito do regulamento de Projectos de Interesse Municipal – PIM.**-----

Mais foi deliberado que se submeta à Assembleia Municipal, nos termos da al. c) do n.º 1 do art.º 25º do Regime Jurídico dos Órgãos Autárquicos (Lei n.º 75/2013, de 12/09), conjugado com o n.º 2 art.º 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3/09), a aprovação, bem como a concessão dos seguintes benefícios fiscais, no uso da autorização concedida pelo art.º 23º-A do Código Fiscal do Investimento (Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de Março):-----

a) Isenção total das taxas previstas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, devidas pela aprovação de operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, necessárias à atividade prevista no projeto de investimento;-----

b) Isenção, total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), relativo ao imóvel com o artigo matricial 598, da freguesia de Boim, a adquirir pela entidade beneficiária para a atividade prevista no projeto de investimento;

c) Isenção total, do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), por um prazo de cinco anos, relativo ao imóvel com o artigo matricial 693 e 1178, da freguesia do Torno a adquirir pela entidade beneficiária, utilizado na atividade prevista no projeto de investimento.-----

2.2. Aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para 2019.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria, uma vez que se abstiveram os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva, aprovar a proposta em destaque e submetê-la a aprovação do Órgão Deliberativo, cumprindo o estipulado no n.º. 4.º do art.º. 29.º da Lei n.º. 35/2014, de 20/06 (Lei Geral do Trabalho em Funções Publicas) conjugado com a alínea o) do n.º. 1 do art.º. 25.º da Lei n.º. 75/2013, de 12/09.-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira fez a seguinte declaração de voto:-----

"Em 2018 estava previsto contratar-se 87 novos funcionários. Foram recrutados apenas 50. No mesmo ano saíram dos quadros do Município 5 funcionários, um por aposentação, três por denúncia do contrato e um para a mobilidade.-----

No mapa de pessoal que nos é apresentado prevê-se contratar mais 50 funcionários em 2019.-----

Em dois anos o Município de Lousada contrata 100 novos funcionários.-----

O quadro de pessoal em 2019 contemplará 727 funcionários, excluindo os funcionários que trabalham na empresa Municipal Lousada Século XXI que é detida pelo Município. E também não estou a contar com os avançados, chefe de gabinete, secretários, assessores, cargos de nomeação política, nem nas largas dezenas de trabalhadores contratados através do Instituto de Emprego e Formação Profissional que prestam serviços ao Município durante o ano.-----

Podemos afirmar com toda a certeza que no universo do Município de Lousada há um rácio de 1 funcionário para 60 habitantes, o que nos parece manifestamente exagerado e está seguramente muito acima da média nacional dos Municípios Portugueses.-----

É verdade que durante 4 ou 5 anos o Município esteve impedido de contratar funcionários por imposição legal, apenas o podendo fazer em casos muito excecionais e bem fundamentados, o que chegou a acontecer.-----

Recordo que neste momento quase 50% das receitas reais do Município são canalizadas diretamente para o pagamento de despesas com os recursos humanos. Digo receitas reais porque as que estão orçamentadas são voláteis. As receitas reais do Município rondam anualmente os 21 milhões de euros.-----

Espero que tenham atenção a estes indicadores. E também esperamos que o recrutamento de novos funcionários obedeça a critérios rigorosos de competência e que os concursos sejam justos e transparentes."-----

O Sr. Presidente referiu para a ata o seguinte:-----

"Nós votamos, naturalmente, a favor e repudiamos por completo a declaração de voto que ouvimos e que revela algum desconhecimento da realidade que é apresentada na proposta, uma vez que a maior parte das situações não são novas contratações. Estamos a falar, sobretudo, de consolidações de mobilidade e para o fazermos temos que ter os lugares previstos no quadro. É certo que essas consolidações têm alguns incrementos em termos remuneratórios, mas muito inferiores ao que resultaria de novas contratações, como é óbvio. Aliás, estamos a falar daquilo que vocês defendiam há uns anos atrás, e que pelos vistos agora já não defendem, que era dar oportunidade ao



1 } pessoal interno, aos funcionários da Câmara que tinham apostado na sua formação, de progredirem na carreira, dando-lhes a oportunidade de pôr em prática o seu saber na Câmara de Lousada.-----

Na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos trata-se da consolidação da mobilidade de um técnico superior de fiscalidade e de um novo lugar de assistente técnico que poderá ser recrutado também com recurso à mobilidade. Há anos que não contratamos assistentes técnicos.-----

Na Divisão de Assuntos Jurídicos trata-se da consolidação de uma mobilidade.

Na Divisão de Ação Social trata-se da consolidação de duas mobilidades.----

Prevê-se dois novos lugares para a Polícia Municipal. Não creio que vocês achem que os atuais cinco Polícias Municipais sejam suficientes para o Município.

No Departamento de Obras Municipais e Ambiente temos as consolidações de um técnico superior de gestão, de um técnico de engenharia e segurança no trabalho e de um técnico superior de informática. Os novos lugares são apenas na área da biologia e engenharia civil e hidráulica. Todas as outras situações, nomeadamente, assistentes técnicos, serralheiro civil, trolha, calceteiro e cantoneiro são consolidações de mobilidade. Aliás, algumas dessas situações não têm sequer efeitos remuneratórios, consubstanciando-se apenas na alteração de funções, conformando-se a categoria com o trabalho real que executam. Prevê-se a contratação de um motorista, três cantoneiros e um canalizador que são manifestamente necessários para colmatar a saída de outros assistentes operacionais. Já o disse e volto a afirmar, estamos a ser muito comedidos na contratação de pessoal, optando por ir ao mercado, como por exemplo nos jardins e noutros sectores mais indiferenciados.-----

Na Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto há um lugar de técnico de espetáculos e as outras situações são contratações abrangidas pelo rácio que temos no âmbito do contrato de execução com o Ministério da Educação, para poder fazer face a algumas necessidades, nomeadamente assistentes técnicos e assistentes operacionais. Aquilo que foi sempre a nossa preocupação de termos uma abordagem equilibrada no que respeita ao quadro de pessoal, seguramente que o vamos continuar a fazer e não é pelo facto de estarem previstas estas contratações que elas vão existir. Porque já assim foi no ano passado, não podemos é ficar impedidos de o fazer por não existirem no quadro. De qualquer modo, a seu tempo todas estas propostas terão de passar na reunião de Câmara.”-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira observou o seguinte:-----

“Nós abstivemo-nos. O número de postos de trabalho a prover no próximo ano são 50. É o que consta nos documentos que aqui nos apresenta. Ou estes documentos estão errados?”-----

O Sr. Presidente explicou:-----

“Nas consolidações há um novo posto de trabalho, mas há outro que se extingue. Se alguém é assistente técnico e passa a técnico superior, em princípio não há necessidade de contratar outra pessoa para assistente técnico. Esse funcionário vai continuar a desempenhar as funções que desempenhava e outras mais qualificadas. Não há um aumento na mesma ordem em termos de número de funcionários, por isso é que pedi aos serviços que a informação fosse o mais

objetiva e mais clara possível, justamente para vos dar esse detalhe, de que não estamos a falar, na maior parte dos casos, de novas contratações.” -----

3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

3.1. Resumo diário de Tesouraria - A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria referente ao dia vinte e seis de outubro que totaliza um saldo de três milhões duzentos e trinta e três mil trezentos e vinte e cinco euros e seis cêntimos. -----

3.2. Proposta de Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2019, com Relatório de apresentação do Orçamento e normas de Execução Orçamental/2019.

Analizados os documentos em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, aprová-los e submetê-los ao Órgão Deliberativo, cumprindo o estipulado na al. c) do n.º. 1 do art.º. 33.º. da Lei n.º. 75/2013, de 12/09. ----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva. -----
O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira referiu para a ata o seguinte:-----

“Quería lamentar uma vez mais que enquanto Vereadores da oposição, sem pelouro, não tenhamos sido ouvidos na elaboração do plano e orçamento conforme consta no Estatuto do Direito de Oposição. Decorre da Lei e o Sr. Presidente não está a cumpri-la porque não nos ouviu na elaboração deste plano e orçamento. Se nos tivesse ouvido teria conhecido um conjunto de propostas que nós gostaríamos de ver vertidas no orçamento e plano plurianual de investimentos. Aliás, na última reunião de Câmara, eu tive o cuidado, na expectativa de sermos convocados para uma reunião de trabalho, de indicar algumas propostas para serem vertidas no Orçamento e PPI. Não fomos ouvidos, mas mesmo assim passo a apresentar um conjunto de propostas que gostávamos de ver vertidas no plano e orçamento e, essencialmente, no plano plurianual de investimentos:-----

Para entrar em vigor já em 2019:-----

- A CML despende anualmente um montante aproximado de 25.000,00€ na atribuição de bolsas de estudo a estudantes de Lousada que frequentam o ensino superior. Este montante é manifestamente insuficiente para dar resposta às reais necessidades de todos aqueles que procuram apoio junto do Município. Propomos que a verba passe a ser de 50.000,00€.-----

- Incluir no orçamento o montante de 150.000,00€ para concluir a rede de iluminação pública para que definitivamente todos os cidadãos de Lousada tenham iluminação pública junto das suas habitações.-----

- Aumentar as transferências financeiras em 20% para as Juntas de Freguesia, no âmbito do protocolo de obras e melhoramentos, a que corresponde o montante global de aproximadamente 115.000,00€. Recordo que em 2009 a



1 } Câmara Municipal cortou em 20% o financiamento às Juntas de Freguesia. Ou seja, no mínimo faça-se justiça e reponham-se os 20%.-----

A propósito de protocolos com as Juntas de Freguesia, entendemos que é urgente proceder-se também à revisão do protocolo relativo a obras de reparação e manutenção nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico, isto porque os valores financeiros que estão estabelecidos são cada vez mais insuficientes. Os centros escolares estão a degradar-se a uma velocidade incompreensível. Vejam-se os casos concretos dos Centros Escolares de Nespereira e Casais, construídos há pouco mais de 4 anos e já estão a necessitar de muitas e avultadas obras de manutenção. Mas há pior. O novo Centro Escolar de Figueiras precisa urgentemente de obras estruturais, cujos montantes não podem ser suportados pela Junta de Freguesia.-----

Como consta no orçamento para 2019 o Município de Lousada relativamente a 2018 vai ter um aumento de receitas no montante superior a um milhão e quatrocentos mil euros, como tal estas propostas que acabamos de fazer podem facilmente serem acomodadas no plano e orçamento de 2019. O Município não precisa de fazer qualquer corte em despesas para acomodar estas nossas propostas.-----

Propostas do PSD para incluir no Plano Plurianual de Investimentos 2019/2021:

Profunda requalificação e modernização das ruas de S. Veríssimo e estrada Presa da Lameira, em Nevogilde. -----

(Entretanto verificamos que neste PPI prevê-se gastar 284 mil euros na Rua de S. Veríssimo e 208 mil na estrada Presa da Lameira. Entendemos que estes valores são manifestamente muito insuficientes. Não vão seguramente fazer o necessário com estes pequenos montantes.) -----

Requalificação e modernização das ruas no Lugar de Romariz, em Meinedo, incluídas no Loteamento junto ao Campo de Futebol de Romariz e à antiga escola primária, bem como a rua da Boucinha a partir da estrada nacional;-----

Requalificação e modernização da Avenida de Agrela, em Aveleda. É com satisfação que verificamos que esta proposta integra o Plano. Obra há muito reivindicada por nós e pelo Sr. Presidente da Junta de Aveleda.-----

Abrir e pavimentar uma nova estrada em Meinedo, a partir da Rua do Corgo até ao Lugar de Souto de Rei.-----

Em Pias, pavimentar a Rua das Moutadas e Cedovezas até à Avenida da Igreja.-----

Em Nogueira, alargar e requalificar a Estrada de Santa Cristina desde a Estrada Nacional 207 até ao cruzamento com a Rua da Igreja.-----

Em Silvares, pavimentar a betuminoso a Rua da Igreja até à Rua de Lagares.

Requalificar a rua em frente à igreja de Alvarenga.-----

Em Sousela, alargar e pavimentar a rua da Soeira.-----

Em Boim, requalificar e modernizar a rua da Restauração – há muito que defendemos esta obra, finalmente está incluída neste PPI.-----

Ainda em Boim, requalificar e modernizar a Rua Guerra Junqueiro.-----

Em Lustosa, repavimentação da Rua de S. Roque ao Relógio, bem como a Rua do Relógio ao Pedregal.-----

13

Em Barrosas (Santo Estevão), a repavimentação das seguintes ruas: Rua do Além, Rua do Rosso e Avenida 1º de Dezembro desde o Cemitério até à Estrada Nacional (próximo da sede de Junta).-----

Em Covas, apoiar a Junta de Freguesia de Requalificação e modernização do Largo do Sagrado Coração de Jesus, cuja obra já se iniciou.-----

Em Figueiras, concluir a pavimentação da Rua dos Ameais.-----

Em Nevogilde, abrir e pavimentar nova rua desde a rotunda da A42 até à Rua do Carvalho, cujos proprietários estão disponíveis para ceder os necessários terrenos. Esta obra é fundamental para libertar o trânsito do alto de Nevogilde, principalmente veículos pesados.-----

Todas as restantes obras da rede viária e que estão incluídas neste PPI merecem, naturalmente o nosso apoio.-----

Propomos ainda para incluir no PPI - 2019/2021, mas agora quanto a equipamentos:-----

Em Nevogilde, restaurar e consolidar o Aqueduto. Esta obra é urgentíssima. Os proprietários já cederam este equipamento à Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia de Nevogilde não dispõe de meios técnicos nem financeiros para executar as obras necessárias. Cabe à Câmara Municipal agir. Está em causa o património de Nevogilde e naturalmente de Lousada.-----

Em Lustosa, apoiar a Junta de Freguesia da Construção do Parque de Lazer.--

Apoiar a junta da Freguesia de Meinedo na conclusão do Parque - Areinho junto ao Rio Sousa. -----

Requalificar o Parque de Lazer, em Casais.-----

Construção do Novo Cemitério em Figueiras.-----

Ampliar o Cemitério de Sousela.-----

Construção do Pavilhão da Associação Cultural e Desportiva de Figueiras.-----

Construção da Pista de Pesca Desportiva em Caíde de Rei, obra que esteve já prevista durante dois orçamentos e que este executivo socialista deixou cair.-----

Em Cernadelo, transformar o Parque Desportivo junto à escola num Pavilhão coberto e com um novo piso, pois o atual está muito degradado, não está apto para a prática desportiva e é perigoso para quem ali pratica desporto.-----

Quando em 2017 liderei a candidatura à Presidência da Câmara Municipal de Lousada, muitas das propostas que acabei de mencionar constavam do nosso projeto de desenvolvimento para o Concelho.-----

Mas há outras propostas que gostaríamos de ver concretizadas durante o presente mandato, tais como:-----

- Construção de um Lar de Acolhimento para Idosos, em pareceria com uma Instituição Particular de Solidariedade Social. Há famílias desesperadas em Lousada porque não dispõem em casa de condições para tratar dos seus familiares idosos, mas também não há vagas suficientes no único Lar que o Concelho dispõe, o da Santa Casa da Misericórdia de Lousada. É urgente um novo Lar para idosos em Lousada.-----

- Construção de um Pavilhão Multiusos no Complexo Desportivo, um espaço multifuncional para a realização de grandes eventos desportivos, recreativos, culturais, concertos musicais, feiras, congressos e exposições. Não tenho qualquer dúvida que a construção de um Pavilhão Multiusos será um investimento rentável.



1 }
}

A nossa localização estratégica será o fator para o sucesso deste investimento. Recordo que num raio de 100 quilómetros estamos rodeados por mais de três milhões de habitantes e somos servidos por 3 autoestradas e estamos a meia hora de um grande aeroporto. Tenham coragem e construam o Pavilhão Multiusos!-----

Ainda relativamente ao projeto que em 2017 apresentei aos Lousadenses, constato com satisfação duas medidas que estão já implantadas:-----

1) Prolongamento de horário a partir da 7,30 h da manhã nas escolas do 1º ciclo e Jardins de Infância, para que os pais e encarregados aí possam deixar as crianças;-----

2) Transporte escolar gratuito extensivo até aos alunos do ensino Secundário.---

O Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

"A lei obriga-nos a que o orçamento seja aprovado em reunião de Câmara até 31 de outubro, sendo certo que a Assembleia Municipal o pode aprovar em novembro ou dezembro, o que não tem qualquer sentido. Por mais esforços que se façam é sempre muito complicado ultimar a proposta de orçamento com a antecedência que desejávamos. Aliás, só depois de ser conhecida a proposta de Orçamento de Estado é que podemos ultimar o orçamento municipal e, em bom rigor, até devíamos esperar pela aprovação do Orçamento de Estado. De qualquer modo, repito aquilo que vimos sempre a dizer e que aconteceu novamente este ano, ou seja, a audição, quer da vossa parte quer dos Presidentes de Junta é, e deve ser, contínua. A maior parte das sugestões que acabaram de referir estão vertidas no PPI, algumas estão de forma explícita, outras de forma implícita. Por exemplo, no que respeita às bolsas de estudo não existe no orçamento uma rubrica específica, mas estão incluídas na rubrica do apoio a famílias e já estamos a contar com um reforço, embora não nos podemos comprometer, nesta fase, que seja um aumento na ordem que vocês propuseram, porque temos muitas outras necessidades que temos que ponderar. -----

A questão da rede IP está contemplada. Aliás, já disse na última reunião que já estamos a avançar com uma parte do investimento este ano e o que está previsto para o ano é suficiente para resolvermos esse problema.-----

Relativamente ao aumento das transferências para as juntas de freguesia, volto a dizer o que dissemos no início do mandato. Não devia ser um aumento de 20%, devia ser 50% ou 100%. Houvesse condições para isso. Mas faço-vos um desafio, façam uma análise comparativa, aqui na região, daquilo que é o apoio que as câmaras fazem às juntas de freguesia e depois tirem as conclusões. Lousada é daqueles que mais apoia e mais contribui para as juntas de freguesia. Não estou com isto a dizer que estamos a dar dinheiro a mais, longe disso, porque sabemos que esse dinheiro é bem aplicado e acho que estamos no bom sentido, mas também importa, por vezes, fazerem esse exercício comparativo para chegarem à conclusão de que estamos a fazer um esforço e estamos a alocar recursos significativos para as juntas de freguesia, com prazos de pagamento previamente definidos e que estão a ser cumpridos religiosamente. -----

Relativamente ao aumento da receita que referiram, sabem bem que se trata de uma mera previsão que resulta das regras orçamentais. Aliás, associado a

algumas receitas vêm outras despesas adicionais. No que respeita às transferências do Estado, referentes ao FEF, FSM e IRS, haverá um reforço de 767 mil euros. É a primeira vez, ao fim de nove anos, que atingimos o patamar de 2010 das transferências do Estado para o Município. Foram necessários nove anos para atingirmos a receita que tínhamos. Isso evidencia bem o esforço que tivemos que fazer para não pararmos e não desacelerarmos. É evidente que gostaríamos que fosse possível concretizar já em 2019 tudo o que referiram, mas é impossível, e vocês têm a noção clara disso. A vossa proposta carece de melhor esclarecimento e só seria exequível se deixassem de fazer outras obras que estão previstas no PPI ou então teriam que aumentar impostos ou esgotar a capacidade de endividamento do Município. -----

No orçamento a despesa não pode ser superior à receita, isso é básico, o que nós temos para gerir está aqui apresentado. Ao nível da rede viária a maior parte das vossas propostas estão contempladas. É o que se passa com a Rua S. Veríssimo e a Rua Presa da Lameira. Já o disse na última reunião que os valores que constam desta versão inicial do PPI vão ter que ser afinados, quando tivermos os projetos e os orçamentos finalizados. Só nessa altura teremos uma noção clara dos valores. Em função desse trabalho, poderemos aditar uma ou outra obra. O trabalho ainda não está concluído. -----

A Av. da Agrela está prevista. A Rua do Corgo é novidade, o Presidente da Junta não me deu nota da necessidade de novas ruas, a não ser do Centro Paroquial à Sanguinha. O alargamento e passeios na Estrada de St.ª Cristina está previsto. A Rua da Igreja em Silvares está prevista. Na Rua da Igreja de Alvarenga e Sousela não conheço as propostas. Em Boim estão previstas duas grandes intervenções, na Rua da Restauração e na Rua 1.º de maio. Em Lustosa estão previstas as intervenções que foram articuladas com o Sr. Presidente de Junta, nomeadamente a Rua do Loureiro, Rua da Agra e Rua de Sequeirô. -----

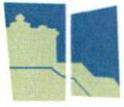
Ou seja, a maior parte das propostas que referiram já estão contempladas no PPI. -----

Relativamente às propostas de equipamentos, quem nos dera fazer tudo em 2019, sendo certo que, há algumas que já estão previstas. -----

Em relação ao aqueduto de Nevogilde, o Sr. Presidente da Junta já nos deu nota dessa necessidade. Como são trabalhos específicos e de grande complexidade pedimos à Faculdade de Engenharia a execução do projeto." -----

O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes observou o seguinte:-----

"Apercebi-me Sr. Presidente que conhece a Lei, o Estatuto do Direito de Oposição e escusou-se a convocar os partidos para uma reunião preparatória deste plano de atividades e orçamento porque vai ouvindo os políticos da praça e vai fazendo essa avaliação em contínuo, depois, de acordo com aquilo que acabou de dizer até desconhece algumas obras e algumas necessidades, ou seja, a tónica é conhece a Lei mas não a está a aplicar, o que, se a tivesse praticado, como decorre da Lei, teria tido a oportunidade de atempadamente da elaboração destes importantes documentos de gestão ouvir estas necessidades que desconhece, pessoalmente. Por um lado, apresentar uma proposta fechada, entendendo que este documento que vem para votação é um documento que já não vai ter revisão antes da votação. -----



O Sr. Presidente referiu o seguinte:-----

13 }
"Referi há pouco que a deliberação da Câmara sobre o orçamento e PPI teria que acontecer antes de 31 de outubro, para se cumprir uma formalidade, com a qual discordo, uma vez que o prazo para a aprovação da Assembleia Municipal é muito mais dilatado.-----

Os constrangimentos de tempo para se cumprir aquele prazo, não permitiram a vossa consulta, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição, mas vamos ainda fazê-lo, uma vez que ainda haverá outras reuniões de Câmara antes da realização da Assembleia Municipal. Aliás, há uma necessidade de alteração do PPI que já está identificada e que virá na próxima reunião, que é a criação de uma rúbrica para o mercado. Posso já anunciar-vos que adquirimos um terreno para fazer um mercado de raiz. Como pretendemos também intervir nas atuais instalações do mercado, teremos que criar uma nova rúbrica. "-----

O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes acrescentou:-----

"Posso depreender que temos um compromisso de marcarmos uma reunião específica, que decorre da Lei para discutir as nossas propostas."-----

O Sr. Presidente continuou:-----

"Sim, vamos marcar uma reunião para analisar e ponderar as vossas propostas, sendo certo que algumas já estão previstas. No que respeita à rede viária, já o disse na última reunião, e está em ata, que é um trabalho que não está concluído e provavelmente não o vamos conseguir concluir até à Assembleia Municipal. Já disse também que a intervenção na rede viária será feita com o recurso a empréstimo, basta ver a disponibilidade que temos de despesa de capital para ver que não há capacidade para tanto. Esse trabalho está a ser feito, é muito moroso, e só depois de termos os orçamentos é que podemos assumir valores concretos. "-----

O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes observou o seguinte: -----

"Depreendo que esta votação será adiada."-----

O Sr. Presidente respondeu:-----

"A votação tem de ser feita hoje, para cumprirmos a formalidade, mas depois da reunião que vamos fazer para analisar as vossas propostas, o assunto será novamente agendado."-----

O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes prosseguiu:-----

"Relativamente às transferências para as juntas de freguesia queria dizer o seguinte, anos idos em que fui membro da Assembleia Municipal apresentei uma proposta precisamente no sentido de se protocolarem transferências de capital corrente para as juntas de freguesia. Ficamos satisfeitos por ver que os Presidentes de Junta passam a ter um instrumento de trabalho que contam e sabem com aquilo que podem gerir. De facto, a proposta definia alguns parâmetros para essas transferências. Não se trata de comparar o que é que o concelho vizinho A ou B faz, trata-se de olharmos para a nossa realidade e de acordo com aquilo que está ao alcance do Município de Lousada fazê-lo da melhor forma possível, já na altura era essa a intenção, mais tarde implementou-se essa ação, aumentamos 20% o valor indexado aos protocolos de transferências para as juntas de freguesia totalizam o valor de 115 mil euros, parece-nos que é algo que está ao alcance do Município de Lousada."-----

O Sr. Presidente retorquiu:-----

"Mas porquê 20% e não 40 ou 50%? A proposta foi votada por unanimidade no início do mandato e todos os senhores Presidentes de Junta concordaram. Se tivéssemos reforçado ainda mais o valor dessas transferências não teríamos capacidade de resposta para outras solicitações. Quantas vezes os senhores Presidentes de Junta nos vêm pedir ajuda em materiais que é uma fatia considerável na despesa de capital? Se nós gastamos pela via do subsídio não temos para ajudar por outra via. Tem que haver um equilíbrio. Não gosto de andar sempre a falar dos outros, mas vocês, de quando em vez, também vão buscar os exemplos de outros Municípios. Façam esse exercício também neste caso. -----

Vocês têm os dados necessários nas vossas mãos para nos poderem dizer como seria possível acolher todas as vossas propostas. Digam qual é a solução!----

A solução seria não fazer nada daquilo que nós estamos a prever fazer e fazer outras coisas, mas têm que assumir que aquilo que nós vamos fazer não interessa. Ou então, têm que assumir que se vocês fossem poder iriam aumentar os impostos ou esgotar a capacidade de endividamento."-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira acrescentou:-----

"Estas propostas seriam para apresentar numa reunião, para serem discutidas com o Sr. Presidente da Câmara e para definirmos quais delas é que poderiam integrar o plano e orçamento. Eu não disse que todas estas propostas teriam que ser incluídas no plano e orçamento. Seriam propostas para discussão, discussão essa que não existiu porque o Sr. Presidente da Câmara não cumpre a lei."-----

O Sr. Presidente finalizou:-----

"Nós vamos votar com estes condicionalismos e depois marcamos essa reunião."-----

A Srª. Vereadora Drª. Cristina Moreira adiu:-----

"Este orçamento é um orçamento amigo das famílias. Tenho que fazer essa ressalva porque quando há alguma crítica negativa também se faz, acho que pela positiva também se deve fazer esta referência, sobretudo para responder ao Sr. Vereador, independentemente desta resposta estar na carta social é apanágio deste Executivo fazer um apoio às famílias de tal forma que as pessoas não precisem de ir para o lar. É muito importante fazer referência a isso porque parece que passa despercebido e parece que o lar é resposta, e não, é exceção. A resposta é as famílias terem condições para conseguir educar os mais jovens e cuidar dos mais velhos, é importante referir o apoio direto que a autarquia dá e o trabalho feito pelas parcerias e instituições do nosso concelho, porque têm feito um esforço muito grande para aumentar a capacidade do serviço de apoio ao domicílio, para aumentar a articulação com os centros de dia e ainda os 60 voluntários que durante todo o ano animam os movimentos sénior."-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira observou:-----

"Devem concordar comigo que Lousada precisa de um lar de acolhimento para idosos porque o atual está longe de conseguir acolher todos os cidadãos de Lousada que necessitam deste tipo de apoio. Temos uma população cada vez mais envelhecida, e ainda temos a sorte de ser a menos envelhecida do país."----

A Srª. Vereadora Drª. Sandra Silva observou também:-----

13
"Acho que se resume àquilo que os meus colegas falaram, a questão base é não termos sido auscultados previamente à apresentação da votação do orçamento."-----

O Sr. Presidente insistiu:-----

"Ainda na última reunião vocês deram contributos para o orçamento, isso está em ata. De qualquer modo, repito, vamos marcar essa reunião para os próximos dias e depois o assunto vai voltar a ser agendado à reunião desta Câmara".-----

O Sr. Vereador Dr. Carlos Nunes protagonizou a seguinte declaração de voto:

"Alguns considerandos prévios:-----

De índole político:-----

A Lei 24/98, de 26 de maio, que **Aprova o Estatuto do Direito de Oposição**, no seu n.º 3, do artigo 5.º, determina o direito de consulta prévia aos partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais, que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos, ou que neles não assumam pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, têm o direito de serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade.-----

Ora, recorrentemente, ano após ano, o Partido Socialista, no desempenho das suas funções e responsabilidade executivas, ao não convidar os partidos da oposição e, porque não dizê-lo também, os Presidentes de Junta de Freguesia, usurpa a lei e delimita o papel e a ação política da oposição, remetendo a discussão do orçamento e PPI para um debate inconsequente, que só não é inócuo pela ação construtiva e responsável que sempre tivemos, mas que por resultar numa ação a jusante da apresentação do plano de atividades e orçamento pouco significará para a construção refletida e partilhada de melhores ideias e projetos para a gestão do município.-----

Este comportamento dos eleitos do Partido Socialista na Câmara Municipal, a manter-se assim, é totalmente antidemocrático.-----

Uma coisa é vencer eleições, outra coisa é ter maturidade política para governar em democracia, consultando e ouvindo as propostas dos demais eleitos e representantes dos lousadenses, como decorre, aliás, da Lei.-----

Podemos mesmo afirmar com total sinceridade: o PSD Lousada sempre que disputou eleições soube reconhecer os resultados eleitorais alcançados, remetendo-se ao seu papel de oposição e, no domínio das suas principais funções, fiscalizar a atividade da autarquia, apresentar as suas ideias e sugestões ou até reclamações dos muitos lousadenses, que legitimamente se veem representados pelos eleitos do PSD.-----

Hoje mesmo voltamos a fazê-lo. Trouxemos para "cima da mesa" um conjunto alargado de recomendações que, a nosso ver, deveriam merecer provisão no Plano de Atividades e Orçamento do Município e no Plano Plurianual de Investimentos.-----

De ponto de vista técnico:-----

A proposta de orçamento para 2019, comparativamente à proposta de orçamento do ano em curso, prevê um aumento na ordem de 1,4M€, muito em resultado do aumento previsto da receita proveniente do IMT, na ordem de 480K€ e do aumento das transferências correntes do Estado, na ordem dos 800K€.-----



Ainda assim, a proposta de orçamento para 2019, no valor global de 31.804.980,00€, ainda que ligeiramente acima do orçamento do ano em curso, e sabendo da volatilidade que o mesmo poderá padecer, a verdade é que se situa em valores abaixo dos orçamentos apresentados nos anos 2009, 2010, 2011, 2012, 2014 e 2015.-----

Nesta proposta de orçamento temos uma diferença de 2,5M€ entre Receitas Correntes e Despesas Correntes, que permite a sua alocação a Despesas de Capital. Não obstante, a Aquisição de Bens de Capital (Investimentos) situa-se ligeiramente abaixo dos 6M€, absorvendo a totalidade das Receitas de Capital, no valor de 5,5M€.-----

As Despesas Correntes têm um peso de 74,7% no valor global da proposta de orçamento. Estamos a falar de $\frac{3}{4}$ do orçamento global em Despesas Correntes. Pior ainda, estamos a falar de 90% do valor global das Receitas Correntes que é alocado às Despesas Correntes.-----

As despesas com pessoal continuam a pesar significativamente no orçamento das Despesas Correntes, ascendendo a um valor de 10.361.657,80€, ou seja mais 220K€ que no orçamento do ano em curso. -----

De índole estratégico:-----

A proposta de orçamento para 2019 e o PPI 2019/2022, que na verdade não vai além do ano 2020, tem muito daquilo que tem sido a marca genética do PS: uma gestão corrente do dia-a-dia, somente impulsionada pelos alertas de fundos e/ou financiamentos públicos.-----

Mas também aqui o PS Lousada precisa ser mais proactivo, até mesmo para aproveitar o momento de governação do país pela mesma família partidária, devendo criar lobbying's de interesse para a criação de mecanismos de apoio ao empreendedorismo público, social e/ou privado no nosso concelho. A título de exemplo, a 2.ª fase do Programa Valorizar, no âmbito do Turismo de Portugal, não contempla o nosso concelho, com prejuízo para a concretização de investimentos na requalificação de recursos edificados e/ou criação de novos produtos turísticos no concelho.-----

Observo ainda, com preocupação, que a proposta que nos apresentam não contempla, entre outras, as seguintes ações e respetivas dotações orçamentais:---

- Construção da Casa da Juventude de Lousada;-----
- Construção de um Lar Residencial;-----
- Alargamento da resposta social de Creche;-----
- Reabilitação do Bairro Dr. Abílio Alves Moreira;-----
- Construção de uma Pista de Pesca Desportiva;-----
- Criação de Parques e Circuitos de Moinhos;-----
- Criação de uma Incubadora de Empresas e de Indústrias Criativas;-----
- Criação do Portal Empresarial do Concelho;-----
- Criação e dinamização de novas Zonas de Acolhimento Empresarial.-

Pois bem, estes são apenas alguns exemplos não previstos no Plano Plurianual de Investimentos. Perdão, existem dois investimentos previstos no valor de 5.000,00€/cada, para as novas Zonas de Acolhimento Empresarial de Caíde de Rei

1 }
1 }

e Ordem, valores estes que já se arrastam há gerações de mandatos, o que revela uma constante incapacidade de concretização destas obras, apenas mantidas em PPI por vergonha eleitoral.-----

E perante a previsível interrogação do Sr. Presidente de Câmara, também ela recorrente, sobre onde iria o PSD gerar as verbas suficientes para a concretização de todas estas ações programáticas, sou obrigado a devolver-lhe, por antecipação, essa mesma pergunta, pois as ações que acabei de referir fazem parte das suas promessas eleitorais para o mandato 2017/2021, e na verdade apresenta um Plano Plurianual de Investimentos sem fazer menção a qualquer uma delas, nem sequer apresenta qualquer previsão para além de 2020. -----

Em síntese:-----

Depois de apresentados os considerandos prévios de índole político, de índole técnico e de índole estratégico, queremos acima de tudo manifestar a nossa total disponibilidade para continuar a colaborar e contribuir para a construção das melhores respostas económicas e sociais, que permitam desenvolver ativamente o nosso concelho e a proporcionar melhor qualidade de vida a todos os lousadenses.

Honestamente, Sr. Presidente e demais colegas do executivo municipal, a proposta de orçamento e PPI que nos apresentam padece de visão estratégica para a gestão sustentável do município, a médio-longo prazo. -----

Urge repensar o modelo de governance e o paradigma de gestão do município: por um lado identificar fontes alternativas de receita; por outro lado apostar verdadeiramente em investimentos produtivos e geradores de riqueza, para o município e para os lousadenses. É preciso dar um "golpe de asa" neste domínio, para assegurar a sustentabilidade económico-financeira e a independência do município para a gestão de recursos nos próximos anos.-----

É óbvio que as obras de conservação e reparação são necessárias, mas isto é diferente de investimentos de rápida produção de riqueza e atração de novos investimentos para o concelho. -----

Termino: este é o vosso orçamento, sobre o qual nos abstermos. Mas não poderíamos deixar de vincar os nossos alertas, as nossas reclamações e, como é óbvio, os nossos contributos. Assim queiram corrigir a trajetória e daqui a um ano, para bem do município, nenhuma destas observações faça mais sentido apresentar. "-----

O Sr. Presidente concluiu:-----

"Nós votamos, naturalmente, a favor.-----

Já o disse que nos estamos limitados para cumprir este imperativo legal de ter que aprovar o orçamento ainda este mês e reafirmo o que acabei de dizer que entendo que a audição que deve ser feita aos senhores presidentes de junta e à oposição não deve confinar-se a uma mera formalidade, à realização de uma reunião, tem que ser muito mais e é isso que nós temos feito e continuaremos a fazer, sem prejuízo de cumprir a formalidade. Ainda estamos a tempo de marcar a reunião para analisar com mais detalhe cada uma das vossas propostas e, eventualmente, sendo caso disso, aditar uma ou outra, mas entendo que essa audição deve ser permanente.-----

Q 3

Volto a dizer que há muitas propostas que estão incluídas no PPI que coincidem também com algumas das vossas propostas, inclusivamente algumas delas apresentadas na última reunião.-----

Refuto a crítica de comportamento antidemocrático. Se há defeito que eu acho que não tenho é esse.-----

Relativamente ao exponencial aumento da receita, antes fosse. Já estou a perceber como é que chegaram a esses valores. As receitas com as quais podemos contar, que são certas, são aquelas que constam do mapa XIX do Orçamento de Estado, FEF, FSM e IRS. Aí teremos um aumento de 767 mil euros. O resto são meras previsões que se podem confirmar ou não. Vocês sabem disso, sabem mas não dá jeito explicar. Quanto ao aumento IMT, antes fosse. Quem é que sabe quantas transmissões, e de que valor, vão haver? A proposta tem que cumprir as regras orçamentais e, no caso, resulta da média dos últimos 3/4 anos. Aliás, o previsível aumento é um bom indicador, é um sinal que demonstra que de facto tem havido muitas transmissões nos últimos anos. Oxalá que volte a acontecer isso em 2019. Seguramente, é sinal de vitalidade económica e que Lousada desperta o interesse dos investidores.-----

Relativamente ao orçamento estar abaixo de anos anteriores é apenas a versão inicial e, seguramente, a exemplo daquilo que aconteceu nos anos anteriores, depois das dotações corrigidas os valores serão muito diferentes. Basta pensar nas candidaturas que serão aprovadas para que estes valores sejam substancialmente diferentes. Lembro que em 2018 a despesa de capital inicial era de sete milhões oitocentos e oitenta e sete mil euros e estará, no final deste ano, na ordem dos dez milhões trezentos e trinta e nove e foi assim todos os anos, há uma série de fundos que vão ser alocados a investimentos e que vão reforçar este orçamento.-----

Em relação aos lobbies de interesse, eu não me identifico com esse tipo de estratégia. Mas, posso assegurar-lhe que exploramos todas as vias legais e de diplomacia para defender os interesses do concelho. Aquilo que referiu sobre o programa valorizar, creio que esse programa está vocacionado para a baixa densidade. Lousada não é de baixa densidade. O que eu acho e tenho lutado para que assim seja e temos trabalhado nesse sentido no âmbito da CIM, por minha proposta, é que de uma vez por todas digam aquilo que nós somos, porque nós não podemos ser desconsiderados para programas como o valorizar, porque não somos baixa densidade, mas depois também não somos considerados Município de primeiro nível, tendo ficado de fora das linhas de financiamento dos PEDU`s. Aquilo que eu propus na Comunidade Intermunicipal é que se fizesse um estudo, que deve estar prestes a ficar concluído, para, com base nesse estudo, podermos junto da Tutela demonstrar a injustiça que este território tem sofrido. Refiro-me a Lousada, Felgueiras, Paços de Ferreira, Marco de Canaveses e Amarante. Estes cinco Municípios aspiram a que este prejuízo que tiveram nos últimos tempos seja compensado quer no próximo quadro comunitário quer na reprogramação que está em curso. Contamos ter esse trabalho concluído nas próximas semanas para diligenciar junto da Comissão de Coordenação e da Tutela no sentido de procurarmos uma discriminação positiva. Os Senhores Vereadores podem estar



descansados que tudo faremos para defender os interesses do Concelho e da

Região.

Relativamente aos projetos que diz que fizeram parte do nosso programa e

que não estão vertidos neste orçamento, não estão, nem têm que estar e é falacioso dizer que nem sequer a partir de 2020 está previsto fazer o que quer que seja sobre estes projetos. Volto a dizer-vos, o Plano Plurianual de Investimentos serve para referenciar projetos que tenham execução financeira no ano respetivo e nos seguintes. Assim, se porventura o início de execução de um projeto for só 2020, não tem que constar do PPI de 2019. Só deve constar no próximo ano. O que consta é aquilo que nós nos propomos fazer em 2019. O que conta do PPI é aquilo que terá início já em 2019.

No que diz respeito à casa da juventude, posso-vos adiantar que estamos a estudar o assunto e preparados para iniciar a fase do projeto, depois de colher algumas experiências. Ainda nos falta acabar um programa de visitas a outras casas de juventude existentes. Neste momento estamos inclinados para que ela seja uma realidade no parque urbano, na parte inferior que está desocupada, e na plataforma superior onde funciona o espaço internet. A ideia é aproveitar aqueles dois espaços com comunicação interior e ficamos com um espaço com áreas adequadas e uma centralidade invejável para a casa da juventude de Lousada.

No que se refere às creches estive com a Senhora Vereadora numa reunião, na semana passada, em Lisboa, com o Sr. Ministro, a tratar deste assunto, porque consideramos que em termos sociais será o nosso maior problema.

O Sr. Ministro mostrou toda a disponibilidade para nos ajudar a resolver esse problema que passará por abrir uma terceira creche na IPSS de Lustosa e uma nova creche na Escola de Sub-Ribas, projeto que está referenciado pela ADASM na rede social. Tudo indica que no final do ano vai abrir um concurso para equipamentos sociais que vão contemplar creches e que será parecido com o programa PARES, que tinha uma componente de obra e os acordos de colaboração associados.

Quanto à pista de pesca, tivemos que fazer um ajuste ao projeto. Tinhamos o projeto pronto e não avançamos porque, entretanto, a Quinta dos Ingleses reuniu conosco porque estão a reatar o projeto do golf e o projeto que tínhamos da pista podia ser um entrave ao projeto deles. Neste momento os projetos são compatíveis e podem beneficiar um do outro. cremos que venha a ser possível esse investimento em Lousada. Nesta fase estão a ultimar o estudo de impacto ambiental.

Quanto à incubadora de empresas não está decidido o local, mas o atual mercado poderá ser uma possibilidade. Temos de estudar melhor a solução.

Quanto às zonas de acolhimento empresarial é caricato, mas é verdade, o atual quadro comunitário deu "zero" para esse efeito, dar termos uma rubrica com uma verba simbólica. Não quisemos deixar de prever essa verba que poderá ser útil. A necessidade de alocar fundos comunitários para esta área foi identificada quando da consulta que a autoridade de gestão levou a cabo a propósito da reprogramação.

Em relação aos parques e circuitos de moinhos, estamos numa fase avançada de negociações com dois locais. Poderemos ter um trabalho interessante a esse nível e termos zonas de especial interesse natural, devidamente valorizadas.”-----

3.3. Proposta para abertura de procedimento para Acompanhamento arqueológico para o projeto de Construção da Igreja Paroquial de Santa Maria Maior de Meinedo.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 19 de outubro em curso, que a aprovou a abertura de consulta prévia em destaque, cujo valor estimado é de 20.980,00€, bem como as peças contratuais, nomeadamente, caderno de encargos e ofício convite, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3.º. Do art.º 35º da Lei n.º 75/203, de 12 de setembro.-----

3.4. Proposta para Concurso Público, destinado ao fornecimento contínuo de bens alimentares de fruta, legumes e regime de fruta escolar para os estabelecimentos de educação e ensino para o ano de 2019.-----

Analisada a informação 27328/18 de 10/10/2018, **deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do concurso em destaque, tendo como valor estimado 156.600,00€, acrescidos do valor do IVA.**-----
Mais foi deliberado aprovar o caderno de encargos e programa de concurso.-

3.5. Proposta para Concurso Público, destinado ao fornecimento contínuo de bens alimentares de mercearia e peixe congelado, para estabelecimentos de educação e ensino para o ano de 2019.-----

Analisada a informação 27294/18 de 09/10/2018, **deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura do concurso em destaque, tendo como valor estimado 153.600,00€, acrescidos do valor do IVA.**-----
Mais foi deliberado aprovar o caderno de encargos e programa de concurso.-

4. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

4.1. Informação n.º **26682/18** – Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – Maria Madalena Meneses – Boim - (Consumidor n.º 20112).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

17

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.2. Informação n.º **26487/18** – Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção 50% da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Cândida Teixeira Borges - Boim - (Consumidor n.º 14425).-----

Analizada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.3. Informação n.º **26648/18** – Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Joao Pinto - Cristelos - (Consumidor n.º 59).-----

Analizada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.4. Informação n.º **26666/18** – Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Mª Luísa M. Sousa - Cristelos - (Consumidor n.º 29).-----

Analizada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.5. Informação n.º **26773/18** – Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Mª Gloria Mendes Pinto - Torno - (Consumidor n.º 104250).-----



Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----
Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.6. Informação n.º **26491/18** – Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – Fernanda Maria Serafim – Sousela - (Consumidor n.º 18271).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----
Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.7. Informação n.º **26644/18** – Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – Miguel Ribeiro Sousa – Torno - (Consumidor n.º 20852).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----
Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.8. Informação n.º **26643/18** – Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica – José Pinto – Meinedo - (Consumidor n.º 18819).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----
Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.9. Informação n.º **27149/18** – Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas



residuais por insuficiência económica - Manuel Pereira Araújo - Lustosa - (Consumidor n.º 101724).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.10. Informação n.º **25780/18** - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Maria Emilia Valente - Lodares - (Consumidor n.º 17429).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.11. Informação n.º **27283/18** - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Mª Emilia Sousa Pacheco - Meinedo - (Consumidor n.º 11947).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.12. Informação n.º **27479/18** - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Joaquim Augusto N. Oliveira - Boim - (Consumidor n.º 2905).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.13. Informação n.º **27423/18** - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de

@
13

disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - M^a Emília Q. Batista - Aveleda - (Consumidor n.º 5231).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.14. Informação n.º **27377/18** - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - M^a Joaquina F. Barbosa - Nevogilde - (Consumidor n.º 22735).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.15. Informação n.º **27456/18** - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - M^a Antónia Meneses - Boim - (Consumidor n.º 105199).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

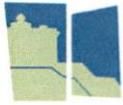
Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.16. Informação n.º **27361/18** - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17) - M^a Antónia B. Mota - Lodaes - (Consumidor n.º 101320).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.17. Informação n.º **27390/18** - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); “Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais” - Aprovação da proposta para



deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Francisco Nunes Sousa - Nevogilde - (Consumidor n.º 2230).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.18. Informação n.º **27462/18** - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 6843/17) - Domingos Casimiro Guedes - Torno - (Consumidor n.º 103653).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.19. Informação n.º **27748/18** - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Cátia Carina Cunha - Vilar do Torno e Alentém - (Consumidor n.º 14252).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.20. Informação n.º **27716/18** - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - António Manuel Alves - Cristelos - (Consumidor n.º 5275).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.21. Informação n.º **27762/18** - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas



residuais por insuficiência económica - Ana Luísa Leite - Stº Estevão - (Consumidor n.º 21462).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.22. Informação n.º **27527/18** - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido de isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - António Manuel Ferreira - Meinedo - (Consumidor n.º 17099).-----

Analisada a informação em apreço, deliberou o Órgão Executivo, por maioria, concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

4.23. Informação n.º **588/DOMA/18** - "Beneficiação da EM 561 desde a EN 207 (Ordem) à EN 106 (Sousela)" - Aprovação da prorrogação do prazo de execução da empreitada por um prazo de 60 dias, com caráter gracioso, bem como respetivo plano de trabalhos e cronograma financeiro.-----

- Ratificação do Despacho.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade dar pendência ao assunto.----

4.24. Informação n.º **27176/18** - "Obras de Requalificação e de Eficiência Energética do Edifício da Biblioteca" - Aprovação do projeto de eficiência energética no valor de € 76.296,87 + IVA;-----

- Aprovação de abertura de concurso público para a execução da empreitada, cujo preço base é de € 234.014,57 + IVA; -----

- Aprovação do Júri do procedimento;-----

- Aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.-----

- Ratificação do Despacho.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 11/10/2018, que aprovou a informação em destaque, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do art.º 35.º Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

4.25. Informação n.º **599/DOMA/18** - "Beneficiação de Parques de Jogos - Nevogilde e Romariz" - Aprovação da Conta Final da obra e respetiva notificação ao empreiteiro.-----

13

Analisada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade aprová-la.-----

4.26. Informação n.º 27938/18 – “Obras de Requalificação e de Eficiência Energética do Auditório Municipal” - Aprovação do projeto de execução das obras de requalificação e de eficiência energética.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar o projeto em destaque.-----

4.27. Informação n.º **27718/18** – Cedência gratuita de terreno para a obra de “Beneficiação do CM 1150 desde a EN 207-2 ao Largo da Feira” - Aprovação da minuta do Protocolo de Acordo de cedência de terreno a celebrar entre o Município de Lousada, Fernando José Fernandes Moreira e esposa Maria Manuela Henriques Cavaco Moreira e Guiomar Maria Fernandes Moreira Ferreira e esposo Sérgio Pedrosa de Magalhães, bem como as respetivas respetivas contrapartidas.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo em apreço nos termos redigidos e que por extenso se dá como reproduzido por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----

4.28. Informação n.º **27262/18** – “Autorização de Constituição de Servidão Administrativa de Aqueduto Público Subterrâneo – Conclusão das Redes de Drenagem de Águas Residuais na Bacia do Mezio” - Aprovação da Autorização de Constituição de Servidão Administrativa de Aqueduto Público Subterrâneo a celebrar entre o Município de Lousada e Joaquim Fernando Nunes Teixeira e esposa Maria Emília da Silva Moreira de Meireles, bem como as respetivas contrapartidas.-----

Analisada a informação em destaque, que por extensa se dá como reproduzida por apenso à pasta de apoio ao livro de atas, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprová-la nos termos redigidos.-----

4.29. Informação n.º **624/DOMA/18** – “Regeneração Urbana do Espaço Público Envolvente à Rua do Picoto” – Negociação de terreno para a construção do arruamento de ligação da Praça das Pocinhas à EN 207 e construção de rotunda junto à sede do Sporting - Aprovação da minuta do Protocolo de Acordo a celebrar entre o Município de Lousada, Manuel Teixeira Varejão e esposa Maria José Alves Moreira e Carlos Alberto Oliveira dos Santos e esposa Maria Raquel Alves Moreira, bem como as respetivas contrapartidas.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo em apreço nos termos redigidos e que por extenso se dá como reproduzido por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----

@ 13

4.30. Informação n.º **625/DOMA/18** - "Regeneração Urbana do Espaço Público Envolvente à Rua do Picoto" - Negociação de terreno para a construção do arruamento de ligação da Praça das Pocinhas à EN 207 - Aprovação da minuta do Protocolo de Acordo a celebrar entre o Município de Lousada e José Carlos Neto Mendes Carvalho e esposa Maria Ermelinda Gomes da Costa e Silva, bem como as respetivas contrapartidas.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo em apreço nos termos redigidos e que por extensa se dá como reproduzida por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----

4.31. Informação n.º **626/DOMA/18** - "Negociação de terreno para a construção de passeios na EN 207 entre o Km 24,100 ao Km 24,400." - Aprovação da minuta do Protocolo de Acordo a celebrar entre o Município de Lousada e Bessa Machado, Lda, representada legalmente por José Carlos de Bessa Machado, bem como as respetivas contrapartidas.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a minuta do protocolo em apreço nos termos redigidos e que por extenso se dá como reproduzida por apenso à pasta de apoio ao livro de atas.-----

5. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

5.1. AÇÃO SOCIAL

5.1.1. Informação n.º 27740/18 - Proposta de minuta de contrato de comodato a celebrar entre a Câmara Municipal e a USALOU - Universidade Sénior do Autodidata de Lousada.-----

Analisada a minuta do contrato de comodato a celebrar entre este Município e a USALOU - Universidade Sénior do Autodidata de Lousada deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprova-la nos termos redigidos.-----

5.2. HABITAÇÃO SOCIAL

5.2.1. Informação n.º 27594/18 - Reajuste do valor de renda em regime de arrendamento apoiado de uma arrendatária do Empreendimento de Habitação Social de Lustosa - Carla Elisabete Cunha Silva Gonçalves.-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar o reajuste da renda, de 18,65€ para 7,79€.-----



5.2.2. Informação nº. 27624/18 - Reajuste do valor de renda em regime de arrendamento apoiado de um arrendatário do Empreendimento de Habitação Social de Meinedo - Alfredo Monteiro.-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar o reajuste da renda, de 15,36€ para 7,82€.-----

5.2.3. Informação nº. 27654/18 - Reajuste do valor de renda em regime de arrendamento apoiado de um arrendatário do Empreendimento de Habitação Social de Cernadelo - Dinis Monteiro Maia.-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar o reajuste da renda, de 49,34€ para 34,83€.-----

5.2.4. Informação nº. 27677/18 - Reajuste do valor de renda em regime de arrendamento apoiado de uma arrendatária do Empreendimento de Habitação Social de Lustosa - Maria Eduarda Moreira Ferreira.-----

Deliberou o Órgão Executivo por unanimidade aprovar o reajuste da renda, de 46,45€ para 228,24€.-----

5.2.5. Informação nº. 27770/18 - Proposta de levantamento da suspensão do processo de ação de despejo administrativo e pagamento da dívida de rendas em regime de arrendamento apoiado de uma arrendatária do Empreendimento de Habitação Social de Meinedo - Maria Armada Pereira Cunha.-----

Analizada a informação em destaque, deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com o levantamento da suspensão do processo de ação de despejo administrativo e pagamento das dívidas de rendas.-----

5.2. JUVENTUDE

5.2.1. Informação nº. 27292/18 - Proposta de atribuição de subsídio aos grupos de dança/associações juvenis, no valor total de 1845 € (mil e oitocentos e quarenta e cinco euros), discriminado da seguinte forma:-----

- Grupo de Dança os Nogueirenses.....	250,00€-----
- Grupo de Dança de Sousela Team	115,00€-----
- Grupo de Dança Mitos Urbanos.....	180,00€-----
- Grupo de Dança School Dance Arts & Talentos.....	750,00€-----
- Grupo de Bombos de Stª. Maria de Sousela.....	100,00€-----
- Grupo de dança Cool Dance	325,00€-----
- Grupo de Dança Caídense.....	125,00€-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição dos subsídios propostos.-----

6. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

6.1. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR 18/19 – Proposta para a isenção do pagamento da refeição escolar e atribuição de subsídio A para aquisição de material escolar ao aluno José Miguel Magalhães Ribeiro (E.B.1 Boavista – Silvares) para o ano letivo de 2018/2019, bem como que seja indeferido o pedido formulado pelo encarregado de educação do aluno Rodrigo Moreira Marques (E.B.1 Pias) que solicitou a isenção do pagamento da componente de refeição escolar, ano letivo 2018/2019.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com a proposta apresentada.-----

6.2. BOLSAS DE ESTUDO 18/19 – Proposta para que se defina o período de 5 a 16 de novembro de 2018 para a entrega das candidaturas à atribuição de bolsas de estudo 2018/2019.-----

Deliberado por unanimidade concordar com o proposto.-----

6.3. TRANSPORTES ESCOLARES 18/19

6.3.1. Isenção do pagamento do transporte escolar dos alunos Andreia Patrícia Teixeira Pinto, Ângela Daniela Teixeira Pinto e Fábio José Cunha Faria, com efeitos a partir do mês de novembro, inclusive, até final do presente ano letivo.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com as isenções propostas.-----

6.3.2. Transferência de verba a efetuar para os meses de outubro a dezembro de 2018 e janeiro a junho 2019 à União de Freguesias de Cristelos, Boim e Ordem, destinada a minimizar as despesas do transporte dos alunos oriundos da UAEM do Agrupamento de Escolas de Lousada para a Casa da Boavista, Piscinas Municipais e Centro Hípico, nos termos da grelha anexa à proposta.—

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com o proposto.—



6.3.3. Transferência de verba para a Junta de Freguesia do Torno, referente ao ano letivo 2018/2019, destinada a minimizar as despesas do transporte de alunos a +3km de suas residência para a Escola Básica do Torno e vice-versa, de acordo com a grelha anexa à proposta.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, concordar com o proposto.--

6.4. DESPACHO DE URGÊNCIA

6.4.1. Ratificação do despacho do Sr. Presidente de 08/10/2018 que aprova a alteração do horário de funcionamento para o público e horários dos respetivos funcionários da Biblioteca Municipal. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 08/10/2018, que aprovou a alteração ao horário de funcionamento da biblioteca, bem como dos funcionários usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do art.º 35.º. Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

6.4.2. Isenção do passe escolar da aluna Cristiana Fernanda Pinto Sousa, a partir do mês de outubro, inclusive, até final do presente ano letivo.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 10/10/2018, que aprovou a isenção em destaque, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do art.º 35.º. Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

6.4.3. Isenção do pagamento da refeição escolar e atribuição de subsídio A para a aquisição de material escolar aos alunos João Paulo Castro Pinto, Martim Leal de Magalhães, Cristiano André Moreira Brochado, Raphael Henrique Colossal Magalhães e Luís António Nuns Sampaio, bem como a isenção do pagamento da refeição escolar aos alunos Maria Rita Nunes Sampaio e Inês Sofia Lopes Ferreira.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 10/10/2018, que aprovou as isenções em destaque, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do art.º 35.º. Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

6.4.4. Isenção do pagamento da refeição escolar e atribuição de subsídio A para a aquisição de material escolar aos alunos Cristiano António Costa Ribeiro, Nyara Kianna Lopes Dias, Rodrigo Filipe Ferreira Sampaio e Ana Sofia Pinto Martins.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 19/10/2018, que aprovou as isenções em destaque,

usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º 3 do art.º 35.º. Da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

6.5. ASSOCIAÇÃO DE PAIS DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE LOUSADA OESTE

- Atribuição de um subsídio no valor de 1.000,00€ destinado a apoiar nas despesas advenientes com a participação de alunos numa colónia de férias no Verão de 2018.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

6.6. LAC BASQUETEBOL - Atribuição de um subsídio no valor de 8.000,00€ destinado a apoiar as necessidades decorrentes da execução do seu plano anual de atividades 2018/2019. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio nos termos propostos.-----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu Vânia Gabriela Esteves da Silva a redigi e assino.-----

Deixo meu
Vânia Esteves